

Formação de analistas em tempos sombrios

Julio Hirschhorn Gheller,¹ São Paulo

Resumo: Este artigo é a releitura de um texto sobre a formação analítica. O autor salienta pontos que permanecem válidos e acrescenta novas observações, condizentes com a conjuntura atual. Discute o envolvimento do analista com a cultura e com a situação política e socioeconômica, fator inerente à sua consciência de cidadão. Conseqüentemente, surge a questão da eventual participação das instituições psicanalíticas no debate público. Menciona ainda aspectos de submissão a um sistema engessado de formação, correlacionando-os a uma particular conotação da neutralidade analítica.

Palavras-chave: alienação, ética, humor, neutralidade, recusa

Introdução

A formação é, desde sempre, assunto de interesse para as instituições psicanalíticas. Ao reler um texto por mim apresentado no Congresso da Febrapsi de 2015 e publicado em 2016, senti falta de elementos atuais, que assinalassem a passagem do tempo, mesmo nesse intervalo não muito longo. Fui tomado pela sensação de estar diante de um artigo algo datado. As ponderações apresentadas tornaram-se insuficientes para o presente, por conta de fatos que se acentuaram nos anos seguintes e adquiriram relevância indubitável.

Revisitando o artigo anterior

O artigo acima mencionado, “Analistas formatados não podem sonhar”, continha opiniões que continuam legítimas, seguindo a linha, sugerida pelo título, de focar condutas que tolhem a criatividade dos analistas em início de carreira. Propunha o necessário estímulo aos jovens para que, desde

1 Membro efetivo e analista didata da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo (SBPSP).

cedo, participassem ativamente de discussões em reuniões sobre temas clínicos e teóricos. Criticava a tendência a retardar a progressão de candidatos/membros filiados por meio de gargalos excessivamente rigorosos, com a insistência equivocada em tratá-los de maneira infantilizante. Desse modo, não lhes era concedido o tratamento de pares na instituição, como sujeitos capazes de pensá-la e apresentar ideias a seu respeito. Diga-se de passagem, que, hoje em dia, fica bastante claro que os analistas jovens têm muito a contribuir no que tange à abordagem das questões societárias, oferecendo suas percepções mais atentas com a realidade, em contraste com posições demasiadamente conservadoras dos veteranos. O texto descrevia um panorama em que era implicitamente vedada aos candidatos a oportunidade de se expressar em reuniões científicas. Parecia recomendável uma atitude de reverência silenciosa, escutando os mais velhos e aguardando pacientemente pelos tempos futuros, quando estivessem, por fim, devidamente preparados para emitir opiniões. Antigamente, não havia lugar de fala para os candidatos – muito menos de voto – em instâncias como as comissões de ensino.

A lacuna que mais chama a atenção, entretanto, na releitura do texto de 2016 é a ausência de comentários sobre a fundamental conexão da psicanálise com a cultura, como algo a ser ressaltado na formação. O desenvolvimento dos analistas não pode estar divorciado de uma sólida percepção dos fatores culturais que nos cercam. Não deveria se basear exclusivamente no tradicional tripé de análise, supervisão e seminários, porém, sem um olhar para o que acontece na pólis. Freud (1926/1976) já afirmava que, caso se criasse uma faculdade de psicanálise, seria necessário incluir no currículo o estudo de ramos do conhecimento como história da civilização, mitologia, ciência da literatura e psicologia da religião, que nos equipariam melhor para a prática de nosso ofício. Portanto, deveríamos dialogar com outras disciplinas, especialmente da área de humanidades. Falo por experiência própria, como exemplo de quem ficou – por um bom período – encastelado dentro das quatro paredes do consultório, priorizando as gratificações decorrentes do trabalho, com foco voltado ao estudo da teoria em correlação com a clínica. Permaneci um tanto alheio às interações com outros campos do saber, não dando a devida importância às possibilidades e perspectivas da clínica extensa. Foi somente a partir do recrudescimento de ameaças à estabilidade democrática que comecei a refletir mais detidamente sobre tudo aquilo que, vindo de fora, atravessa as sessões com a força de uma realidade que não pode ser negada.

Peculiaridades da formação analítica no Brasil

A história da psicanálise no Brasil indica que ela evoluiu como um método terapêutico voltado para as classes privilegiadas. Nesse sentido, vale sublinhar a contradição com um ponto de vista que o próprio Freud já defendia. Em setembro de 1918, discursando no V Congresso Psicanalítico Internacional, em Budapeste, Freud falou a favor de clínicas públicas, que deveriam atender gratuitamente a população pobre, igualmente merecedora dos benefícios proporcionados por processos psicanalíticos (Danto, 2005/2020).

Quanto à formação, julgo que também predomina uma visão elitista. Seus altos custos só podem ser suportados por uma minoria já bem colocada no mercado e bem remunerada ou por quem pertence às classes mais abastadas. Esta situação está sendo enfrentada em algumas de nossas sociedades, com o esforço de colegas mais engajados em temas sociais, dispostos a lidar com as resistências de um considerável contingente de analistas, que permanecem instalados em seus grupos endogâmicos, acomodados e desligados das questões do entorno. Para estes últimos não haveria nada a modificar na estrutura dos cursos ofertados, pois consideram cabível uma formação onerosa, que demanda sacrifícios por parte dos interessados na aquisição de conhecimentos de excelência. As dificuldades no percurso seriam encaradas, até mesmo, como um justo teste para avaliar o grau de empenho e merecimento dos pretendentes ao título de psicanalista. Dessa maneira, a desigualdade de oportunidades continua sendo um fator de seleção no acesso a grande parte de nossas instituições, praticamente interditando a entrada de quem não goza de uma condição financeira confortável. Configura-se, assim, um verdadeiro funil, produtor de uma elite profissional.

Muitos de nós ainda carregamos a herança cultural de traços de racismo, machismo, preconceitos de gênero e ideais heteronormativos, que – mesmo que inconscientemente – balizam o pensamento e denotam a falta de arejamento de nossas mentes. Temos o mau hábito de conversar mais com nossos semelhantes – aqueles que habitam o mesmo nicho social – do que com os diferentes. Isso contribui para um relativo imobilismo e a manutenção de estruturas rígidas em nossas instituições de ensino. O problema é que o reconhecimento desses elementos depende de reflexão e autocrítica, atributos que nem sempre são encontrados em nosso meio. Especialmente para determinados temas é comum que, tomados pela *hybris* (desmedida), não admitamos nossas falhas e limitações, acreditando na superioridade

inconteste de nossa escola de psicoterapia. Demoramos muito para reconhecer as distorções derivadas de nossos próprios preconceitos, introjetados desde muito cedo. Um exemplo já discutido no texto de 2016 refere-se à existência de colegas que insistem em considerar a homossexualidade como um obstáculo impeditivo para se formar um analista. Acrescente-se que só recentemente – e apenas em algumas sociedades psicanalíticas – começamos a agir no sentido de abrir as portas dos institutos de formação para candidatos negros, indígenas, refugiados ou egressos de classes menos favorecidas. A psicanálise, que deveria significar abertura para o novo e a libertação de ideias antiquadas, também pode se cristalizar em atitudes por demais conservadoras, fixando-se em posições antiliberais, como a mencionada ideia de que a heterossexualidade seria uma condição necessária para exercer a atividade de psicanalista. Em passado não muito distante, esta concepção já fundamentou processos psicoterápicos bizarros do tipo “cura gay”. Seria um lamentável sinal de atraso se vestígios dessas condutas ainda estivessem presentes, até mesmo nas análises didáticas.

A realidade bate à porta

Os últimos anos foram marcados por episódios sugestivos do conflito entre barbárie e civilização. No Brasil é possível situar um aumento da radicalização por ocasião do impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016, substituída em mandato tampão por seu vice, e redundando, a seguir, na renhida campanha eleitoral de 2018. Já despontava, então, uma forte polarização política, com acirrada oposição entre grupos de tendências contrárias, embate que vem se acentuando em clima cada vez mais hostil. Tratava-se, em parte, de reflexo do que ocorria em diversos países, pelo mundo afora, com o ressurgimento do apoio a líderes de uma direita conservadora, quando não de extrema-direita.

Em 2018 o Brasil elegeu o representante de um sistema que alia reacionarismo, inveja, ressentimento e desejos de revanche, alguém que se espelhava orgulhosamente no modelo de Donald Trump, à época presidente dos Estados Unidos, exibindo total descaso pelos direitos humanos. Desde então, manifestações racistas, misóginas, homofóbicas e xenofóbicas passaram a ser veiculadas sem nenhum pudor por parte dos adeptos de um pensamento que, ingenuamente, acreditávamos em vias de extinção. O exemplo deplorável e a influência nefasta que vinham de cima promoviam o desprezo

pela ciência, pela cultura e pela questão ambiental, exprimindo um tipo de retorno do recalcado, constituído por uma mistura de pulsões agressivas, pensamentos primários e maniqueístas, retrocesso do conhecimento, componentes de fundamentalismo religioso e funcionamento mental paranoide.

Cheguei a pensar na ironia que era considerar o brasileiro como um “homem cordial”, diante de inúmeras demonstrações de agressividade física e verbal, em assustadoras combinações de onipotência, onisciência e destrutividade. A bem da verdade, eu havia confundido, erroneamente, o conceito cunhado por Sergio Buarque de Holanda (1936/2006), entendendo que ele fosse um sinônimo de amigável e bondoso. Em discussões posteriores à publicação de seu livro, o renomado sociólogo e historiador esclareceu que, para ele, o adjetivo “cordial” se referia a alguém que age com o coração, isto é, de maneira emotiva. Por conseguinte, quando tomado por forte emoção, este indivíduo pode apelar para a violência e é por este prisma que ele tem se expressado hoje em dia, despejando disparates e instigando um ódio que cresce a olhos vistos.

No princípio de 2020 eclodiu a pandemia da Covid-19, causando doença, morte e recessão econômica. Por aqui prevaleceu uma atitude negacionista do governo, que minimizou a ameaça sanitária, boicotou condutas médicas, contrariou recomendações de isolamento e uso de máscaras, sugeriu tratamentos comprovadamente ineficazes e atrasou a compra de vacinas. A somatória desses erros acarretou um alto índice de óbitos, cujo número poderia ter sido significativamente menor, não fosse a negligência dos órgãos competentes federais no cuidado com a saúde pública.

Pudemos observar nítido aumento da já indecorosa desigualdade social, ao passo que a democracia era continuamente corroída por dentro. Notava-se uma clara arquitetura golpista, com o propósito de sustentar o mesmo grupo no comando da nação e, conseqüentemente, a manutenção do status quo vigente. A sociedade civil, como um todo, faliu em não pressionar o Congresso no sentido de dar um paradeiro aos persistentes desastros que se sucediam incessantemente. Somente em 2022 – antes tarde do que nunca, diga-se de passagem – começaram a aparecer sinais de uma efetiva mobilização de quem não aceitava mais os absurdos que nos atingiam.

Na vigência desse cenário tão preocupante, penso que não haveria como nos cegarmos quanto à gravidade dos acontecimentos. Admito, contudo, que o leitor poderá – a esta altura – perguntar o que tudo isso tem a ver com o tema da formação analítica. Em verdade, não tenho respostas

claras e definitivas, apenas indagações que me parecem pertinentes para propor uma reflexão. Vamos a elas.

Haveria um posicionamento a ser adotado pelas instituições psicanalíticas diante da evidência de tantos problemas na condução do país? A pretexto da neutralidade analítica seria correto fazer vista grossa para a fragilização da democracia? Como tratar, em sessão, do frequente material referente a temas políticos, se isto pode vir a revelar o pensamento do analista enquanto cidadão? De que forma a postura política de nossas instituições pode-se refletir na formação psicanalítica?

Reconheço que são questões difíceis, mas pretendo esboçar algumas ideias a respeito, compreendendo que ainda merecerão discussão e ampliação.

A psicanálise e a pólis

Acredito, mais do que nunca, que os analistas precisam estar conectados com seu tempo e seu meio. A cultura não pode ser renegada. A desconexão com o que acontece fora dos consultórios denota, no mínimo, uma falta de sensibilidade, acarretando frequentemente um estado de alienação e omissão. Não há como justificar omissão e alienação por parte de analistas, especialmente aqueles com funções didáticas, responsáveis por boa parte da transmissão do método para os mais jovens. Os analistas didatas – credenciados por suas sociedades e, em princípio, pertencentes aos seus quadros mais experientes – privilegiam, em alguns casos, interpretações voltadas para os elementos do mundo interno e da transferência, porém, desvinculadas da realidade externa, por sua vez relegada a um plano secundário. Esta opção pode influir na tendência a perpetuar um viés de desatenção para com o exterior da sala de análise.

Cabe, em acréscimo, um questionamento sobre o papel de nossas instituições diante de panoramas políticos complicados. Há os que acreditam que elas deveriam se manifestar, de maneira enfática, em prol de um estado democrático e contra a evidente discriminação – outra das graves problemáticas brasileiras – que atinge negros, indígenas, mulheres e indivíduos LGBTQIAP+. Se esta participação no debate público não acontece, fica mais difícil para os analistas em formação se sentirem autorizados a expressar posições relativas à cultura, à política no país e no mundo, principalmente em tempos de circunstâncias adversas. A falta de contato com o entorno sugere uma configuração que lembra a recusa ou desmentido

(*Verleugnung*), mecanismo psíquico em que coexistem, para o sujeito, duas verdades contraditórias. Por um lado, a mente reconhece a realidade, mas, por outro lado, prevalece a negação desta mesma realidade. Uma percepção incômoda – que o perturba e da qual ele procura se defender – sofre um efeito de desautorização de seu significado, sendo esvaziada e destituída de seu potencial associativo.

Felizmente, existe uma nova geração de analistas, que têm incentivado os mais velhos a encarar questões complexas, até então subestimadas. Um exemplo significativo dessa influência tem sido o crescente engajamento por um senso de urgência no que se refere à adoção de ações afirmativas, que facilitem a inclusão de integrantes de classes menos favorecidas nos institutos de formação. Ressalte-se que, somente desta maneira, deixaremos de ser um grupo alicerçado em bases elitistas.

Aprendendo com a experiência

Penso ser útil apresentar algumas ideias que expus no Congresso Brasileiro de Psicanálise da Febrapsi (24/03/2022) e em reunião científica da SBPSP (04/06/2022). Nessas duas ocasiões, julguei oportuno lembrar que nos anos da ditadura militar brasileira predominou o silêncio dos analistas em relação ao regime, com um fechamento dentro de bolhas institucionais. A psicanálise era tratada como uma “ciência pura”, distante dos campos político e social (Roudinesco & Plon, 1998). Por conseguinte, nos trabalhos escritos – e provavelmente nas salas de análise – focalizava-se mais a dinâmica intrapsíquica dos pacientes. Aparentemente, vigorava uma concepção pela qual os assuntos da realidade externa deveriam ser tratados fora dos consultórios e reservados para outros canais de expressão. Abraçava-se a abstinência e a neutralidade, menosprezando a importância do ambiente persecutório e de suas repercussões sobre o psiquismo das pessoas. Desconsiderava-se a noção de que a dimensão política está impregnada em todos os nossos atos e manifestações, até mesmo no caso de omissão.

A busca da neutralidade resultou em algumas distorções. O “caso Amílcar Lobo”, tenente-médico e candidato em formação no Rio de Janeiro do início dos anos 1970, merece menção como exemplo inaceitável de uma postura leniente das instituições psicanalíticas que trataram dessa questão no Brasil, na América Latina e, até mesmo, no âmbito da IPA. Lobo fora denunciado como membro de equipes de tortura, que serviam à repressão

respaldada pelo governo. De início, e por algum tempo, a denúncia foi desdenhada. Prevaleceu a tentativa de ocultar e refutar as evidências do lamentável fato, visando não macular a imagem da psicanálise brasileira. A colega Helena Bessermann, que teve a coragem de divulgar a situação, foi tratada como caluniadora, sofreu sanções em sua sociedade e recebeu recomendações para se calar.

Essa modalidade de neutralidade lembrava a conduta da IPA no período entre as duas grandes guerras do século 20. Optou-se, na época, por uma estratégia de “salvar” a psicanálise em face do poder destrutivo do nazismo, às custas de uma submissão às orientações arbitrárias do Terceiro Reich. Seria muita ingenuidade pretender que os analistas se revoltassem, saindo às ruas, de peito aberto, contra o regime de Hitler. Talvez não fosse, contudo, o caso de se adiantarem, como que se antecipando às imposições autoritárias, em condutas à beira da subserviência, acreditando que assim evitariam a proibição da prática psicanalítica. Um exemplo flagrante de colaboração com o governo nazista foi o expurgo de analistas judeus – tratado eufemisticamente como “demissões voluntárias” – na Alemanha, facilitando o propósito do “programa de arianização da psicanálise”. O Instituto Göring, liderado por um primo do marechal Hermann Göring, membro da alta cúpula nazista, tratava de depurar a psicanálise de seu “espírito judaico”. No referido instituto, formavam-se psicoterapeutas e eram promovidos tratamentos psicoterápicos com a finalidade de adaptar tanto pacientes como analistas às políticas do Grande Reich. Estas reminiscências servem de alerta contra os perigos de regimes totalitários, que, certamente, não poupariam as nossas sociedades. Vários analistas judeus foram mortos pelos nazistas na Alemanha, Áustria e Hungria, ao passo que outros fugiram, escapando para o exílio. O “salvamento da psicanálise” não evitou o desmonte das sociedades psicanalíticas nesses países (Roudinesco, 2015).

A tragédia do Holocausto atingiu judeus, homossexuais e ciganos, confirmando as agudas observações de Freud sobre o “homem como lobo do próprio homem” (1930). Atualmente, há sinais de que o ovo da serpente está sendo chocado novamente. Assim sendo, não entendo como plausível uma atitude de apatia e indiferença perante o avanço de forças mortíferas. Creio que seja o caso de nos manifestarmos enquanto há condições para tal.

Questões contemporâneas e repercussões na formação

Vivenciamos no Brasil uma realidade que tendia ao distópico. As instituições e os diversos segmentos da sociedade civil reagiram timidamente a uma escalada de descabros. Se as nossas instituições psicanalíticas deliberarem adotar essa mesma timidez diante da realidade, qual será a mensagem transmitida para os analistas em formação? Implicitamente, o recado pareceria ser o de esquivar-se do debate público e reservar-se para o trabalho de consultório, esperando e torcendo por tempos melhores. Simultaneamente, as sociedades psicanalíticas se voltariam para dentro, tratando exclusivamente de assuntos internos e reforçando seu isolamento em bolhas refratárias ao que se passa no exterior. Estaríamos, dessa maneira, nos enquadrando em um comportamento de passividade, favorecendo o atraso e a paralisia do país.

É possível assinalar correlações sintomáticas, relativas ao nosso tema. Penso que analistas indiferentes a um sistema autoritário podem ser desprovidos da essencial vitalidade para o mister analítico. Vitalidade essa que lhes faltará mesmo em tempos menos difíceis. Guardadas as devidas proporções, observo uma analogia entre a obediência a um sistema político autoritário e a aceitação acrítica de uma formação analítica engessada, em que os modelos de trabalho não se renovam e as orientações dos mestres se repetem ao longo de anos, perdendo o frescor oferecido por novas teorias ou por revisões de antigas teorias.

O saber psicanalítico amplia-se de geração em geração. Se ficassemos estacionados em Freud, não teríamos, na sequência, as teorias de Ferenczi e Klein. Depois desses vieram Winnicott, Bion e Lacan – todos com contribuições originais –, e assim por diante, até os nossos dias. Sem uma contínua renovação de ideias, não haverá revitalização em nossa área de atuação; correremos o risco de uma lenta asfixia e estagnação de nossa atividade.

É bem sabido que, para atrair mais pacientes, existe uma espécie de competição de mercado, em que a medicalização e terapias autoproclamadas como focais e objetivas prometem resultados rápidos. Seus representantes vangloriam-se de processos terapêuticos mais eficientes e efetivos do que os da psicanálise, atuando como adversários de nosso método. Não precisamos fornecer munição aos opositores, sabotando a nós mesmos ao estreitar a nossa visão de mundo e realizar um trabalho clínico estandardizado.

Sobre criatividade e humor

Visto isso, retorno ao texto de 2016, para me deter no tema da criatividade. Ainda vale dizer que cada candidato em formação deva procurar seu percurso singular. É natural que no início da carreira eles sejam influenciados por seus analistas, supervisores e professores, em termos de modelos de trabalho. No entanto, caberá a cada um ir se descolando desses modelos para criar a sua maneira singular de analisar. A criatividade e o humor – ao qual me reportarei em seguida – são aspectos que foram considerados por Kohut (1968/1984) ao lado da empatia, da aceitação da transitoriedade e da própria finitude como qualidades derivadas de transformações do narcisismo em direção à maturidade e sabedoria.

Há certos padrões de analistas que já se tornaram um tanto caricatos. Refiro-me, por exemplo, ao analista lacônico e sisudo – que jamais sorrirá ou rirá junto com seu paciente –, obediente a enquadramentos rígidos, que mais deformam do que formam os candidatos. Para o exercício da psicanálise não é preciso ser tão formal a ponto de restringir a liberdade do par analítico por meio de regras transformadas em dogmas. Postulo que – a par de características de personalidade – essa formalidade excessiva seja um vestígio da influência colonizadora da psicanálise europeia na difusão de um comportamento padronizado, preconizado para o interior da sala de análise.

Não se pode condenar a utilização do humor nas sessões, generalizando a crítica de que ele estaria a serviço do deboche, da sedução, da ironia – mais especificamente, do sarcasmo – e do abandono da abstinência. O humor não se contrapõe ao que é sério, mas a uma realidade desertotizada (Kupermann, 2021a). Freud (1926/1976) já comentava que se trata de um dom precioso e raro, uma capacidade que nem todos os seres humanos possuem: “o humor não é resignado, mas rebelde. Significa não apenas o triunfo do ego, mas também o do princípio do prazer, que pode aqui afirmar-se contra a crueldade das circunstâncias”.

Reputo que o humor pode ajudar a destravar situações clínicas emperradas. Nessa linha, lembro-me de um paciente, o senhor B, em particular. Era um indivíduo muito inteligente, sensível e culto, que me impressionava por sua capacidade de articular ideias. No entanto, havia um detalhe que tornava as sessões especialmente difíceis. Os conteúdos que trazia eram pesados e carregavam um tom de melancolia e fatalismo. Além do mais, sua fala era monocórdica, lenta, arrastada, em voz baixa, causando-me, por vezes,

incoercível sonolência, como que contagiado por algo da ordem do mortífero. Em uma dessas ocasiões, ele relatava pesarosamente as agruras do cotidiano maçante no trabalho, um dos motivos de sua infelicidade. Foi quando me veio à mente um desenho animado dos tempos da minha juventude, *Lippy and Hardy*. Lippy era um leão de bem com a vida, que andava na companhia de seu amigo Hardy, uma hiena sempre pessimista, convencido de que nada dava certo para ele. Exclamei para o meu analisando a frase/bordão, que Hardy costumava repetir em tom desolado: “Oh dia, oh céus, oh azar...!”. O senhor B riu gostosamente, lembrando-se do personagem e percebendo como seu discurso resvalava para uma ladainha lamurienta e infrutífera. Isso resultou em frequentes associações e passou a servir de metáfora utilizada pela dupla analítica em várias oportunidades.

Outro exemplo que me ocorre é o do senhor Y, psiquiatra de profissão, um paciente também muito inteligente, culto e simpático, que tinha uma transferência positiva para comigo. Certo dia, numa primeira sessão da semana, logo ao se deitar no divã, suspirou profundamente e me disse: “Julio, aconteceram várias coisas complicadas, difíceis de lidar. Acho que estou muito louco! Será que você me aguenta hoje?” Respondi em tom ligeiramente jocoso: “Não sei, não. Não estou muito bem hoje”. Eu buscava relativizar a embalagem dramática com que ele apresentava suas queixas. Assim prossegui a conversa, com Y relatando tudo que o havia incomodado no fim de semana. Ressaltou, em especial, uma discussão com a esposa e o filho – um adolescente contestador – em que se exaltou e explodiu por uma razão que me pareceu desproporcional à intensidade da reação. Foi aí que eu, novamente em tom brincalhão, lhe disse: “Você está muito louco mesmo! Não seria bom tomar uma injeção de Haldol?”² O senhor Y caiu na gargalhada, admitindo que a discussão poderia ter sido conduzida com mais calma, de modo que pudesse controlar a sua agressividade. Nesse caso, a tirada humorística do analista serviu para causar uma ruptura de campo, um tipo de abalo positivo, propiciando que o analisando observasse o acontecimento por outro ângulo.

Os exemplos citados indicam como o humor – ao contrário do que pensam alguns analistas – pode ser um facilitador para a reflexão e elaborações psicanalíticas, reduzindo o nível de persecutoriedade na sessão. Tudo

2 Haldol é uma tradicional medicação antipsicótica.

depende de flexibilidade e criatividade para fugir de normas convencionais de funcionamento, que acabam por limitar-nos.

Outro aspecto que atrapalha o desenvolvimento dos analistas é o medo de arriscar interpretações mais incisivas e contundentes, resultando em processos analíticos pouco fecundos, que caminham a passos muito lentos.

Quando estilos estereotipados são replicados por discípulos de mestres idolatrados, engendra-se uma autêntica formatação, com a produção de analistas em série, todos seguindo um determinado padrão tido como mais adequado. Há ainda a possibilidade de serem criadas “seitas”, que reúnem seguidores incondicionais em torno de uma espécie de guru, o detentor de suposto notório saber, que – com falas até enigmáticas – assume ares de um verdadeiro guia a indicar o trajeto mais correto a ser percorrido pelos jovens.

Compartilho da opinião de Kupermann (2021b), ao afirmar que a padronização da formação analítica promove uma perda de potência da psicanálise como prática transformadora do mal-estar produzido na cultura e como experiência de descentramento do sujeito alienado a seu sintoma.

Considerações finais e uma palavra sobre ética da psicanálise

Somos seres humanos em contato com outros seres humanos. Por meio da empatia vamos sintonizar com as dores e alegrias dos pacientes, seus êxitos e fracassos, virtudes e defeitos, misérias e grandezas. A análise é um processo que, por óbvio, tem custos emocionais e não pode dispensar, em certos momentos, o uso de intervenções mais duras. Bem como – é claro – existirão momentos agradáveis em consonância com o analisando. Não é um processo que precisa ser sempre pesado para se tornar efetivo.

Quanto ao desenrolar das sessões, creio que existam modos de manter uma atitude de reserva implicada, mesmo ao tratarmos de aspectos de política em tempos de polarização. É função do analista priorizar a expansão de ideias. Evidentemente, podemos divergir de nossos analisandos em vários pontos, sem necessariamente confrontá-los. Não nos compete entrar em discussões, impondo determinadas interpretações que reflitam o nosso particular viés. Aliás, é notório que não atendemos somente pessoas que pensam da mesma maneira que nós. A existência de visões divergentes é natural e pode representar a oportunidade de iluminar novos vértices, até então mal explorados. Isso servirá para enriquecer a ambos os membros da dupla analítica.

O analista encarnado – aquele que consegue transmitir ao analisando a sua aptidão para modular afetos de acordo com as mais distintas circunstâncias – poderá propiciar um campo fértil para a associação de ideias e promoção de *insights*, em resposta às suas intervenções. É assim que compreendo o desenvolvimento da capacidade de pensar e processar as emoções que surgem no encontro analítico.

A força da psicanálise reside em incentivar os pacientes a conduzir suas vidas na direção mais coerente com as verdades essenciais de seu íntimo, ideia que se expressa na seguinte frase/pergunta: “Agiste em conformidade com o teu desejo?” (Lacan, 1967/1988). Por aí se delinea a ética da psicanálise, acentuando o desafio intrínseco e – por que não dizer? – radical que nos cabe na função de analistas. Ajudar o indivíduo a sonhar os sonhos não sonhados (Ogden, 2004), buscando elaborar e construir novos sentidos, é o nosso mister. Dessa maneira, o processo de análise levará o sujeito a adquirir autonomia para definir seus rumos e opções, não cedendo de seu desejo em função do desejo de outrem. Obviamente, isso deveria ser elemento fundamental nas análises, em que se exploram todas as sutilezas e matices emocionais que permeiam a trajetória do indivíduo, incluindo as questões implicadas em suas diversas inserções na sociedade.

Saliento que a neutralidade analítica é um conceito que abrange a noção de se deixar interpelar pelo sofrimento dos analisandos, acolhendoo-os sem aprová-los ou condená-los e sem interferir em suas escolhas. Nesse sentido, é importante ressaltar que não deveria nunca ser confundida com indiferença ou descaso em relação a eles e à pólis.

Uma análise conduzida de forma canônica, exercida por profissionais alheios aos impasses que os elementos sociais, políticos e culturais demandam da subjetividade de seus pacientes, corre o risco de tornar-se uma prática desvitalizada e estéril.

Formación de analistas en tiempos oscuros

Resumen: Este artículo es una relectura de un texto sobre formación analítica. El autor destaca puntos que siguen vigentes y añade nuevas observaciones, acordes con la situación actual. Discute el compromiso del analista con la cultura y con la situación política y socioeconómica, factor inherente a su conciencia de ciudadano. En consecuencia, surge la pregunta sobre la posible participación de las instituciones psicoanalíticas en el debate público.

También menciona aspectos de sumisión a un rígido sistema de formación, correlacionándolos con una particular connotación de neutralidad analítica.

Palabras clave: alienación, ética, humor, neutralidad, renegación

Training psychoanalysts in times of darkness

Abstract: This article is a rereading of a text on analytical training. The author highlights points that remain valid and adds new remarks consistent with the current situation. The author discusses the analyst's involvement with culture and with the political and socioeconomic situation, a factor inherent to his own awareness as a citizen. As a consequence, the question arises as to the possible participation of psychoanalytic institutions in public debate. The author also mentions aspects of submission to a rigid training system, associating those to a particular connotation of analytical neutrality.

Keywords: alienation, ethics, humor, neutrality, disavowal

Former des analystes en temps sombres

Résumé : Cet article est une relecture d'un texte sur la formation analytique. L'auteur souligne les points qui restent valables et ajoute de nouvelles observations, cohérentes avec la situation actuelle. Il discute l'engagement de l'analyste dans la culture et dans la conjoncture politique et socio-économique – une donnée inhérente à sa conscience citoyenne. Il y suit la question sur l'éventuelle participation des institutions psychanalytiques dans le débat politique. L'auteur touche aussi à des aspects de soumission à un système de formation endurci, en proposant leurs liens avec une connotation particulière de neutralité analytique.

Mots-clés : aliénation, éthique, humour, neutralité, déni

Referências

- Danto, E. A. (2020). *As clínicas públicas de Freud*. Perspectiva. (Trabalho original publicado em 2005)
- Freud, S. (1974). O mal-estar na civilização. In S. Freud, *Edição standard das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 21, pp. 75-171). Imago. (Trabalho original publicado em 1930)
- Freud, S. (1976). A questão da análise leiga. In S. Freud, *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud* (J. Salomão, Trad., Vol. 20, pp. 205-293). Imago. (Trabalho original publicado em 1926)
- Gheller, J. H. (2016). Analistas formatados não podem sonhar. *Jornal de Psicanálise*, 49(91), 35-43.

- Gheller, J. H. (2022). “Psicanálise e política: psicanalista neutro?” Trabalho apresentado em reunião científica da Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, 04/06/2022.
- Holanda, S. B. de (2006). O homem cordial. In S. B. de Holanda, *Raízes do Brasil*. Companhia das Letras. (Trabalho original publicado em 1936)
- Kohut, H. (1984). Formas e transformações do narcisismo. In H. Kohut, *Self e narcisismo* (P. H. B. Rondon, Trad., pp. 7-38). Zahar. (Trabalho original publicado em 1968)
- Kupermann, D. (2021a). Sublimação e criação. In D. Kupermann, *Ousar rir: humor, criação e psicanálise* (pp. 49-99). Artes e Ecos.
- Kupermann, D. (2021b). Conclusão. In D. Kupermann, *Ousar rir: humor, criação e psicanálise* (pp. 249-258). Artes e Ecos.
- Lacan, J. (1988). Os paradoxos da ética. In J. Lacan, *O seminário 7: a ética da psicanálise* (pp. 373-390). Jorge Zahar. (Trabalho original publicado em 1967)
- Ogden, T. (2004). This art of psychoanalysis: dreaming undreamt dreams and interrupted cries. *The International Journal of Psychoanalysis*, 85 (4), 857-877.
- Roudinesco, E. & Plon, M. (1998). (V. Ribeiro & L. Magalhães, Trads.). Entrada Alemanha. In E. Roudinesco & M. Plon, *Dicionário de psicanálise* (pp 10-14). Jorge Zahar.
- Roudinesco, E. (2015). Face a Hitler. In E. Roudinesco, *Sigmund Freud na sua época e em nosso tempo*. Zahar (pp. 389-434).

Julio Hirschhorn Gheller
juliohg@uol.com.br

Recebido em: 11/9/2022

Aceito em: 20/10/22